

Produto Tecnológico

Guia de verificações de qualidade da informação contábil

Fernanda Luiza dos Santos
Daniel Arruda Coronel



Guia de verificações de qualidade da informação contábil

Fernanda Luiza dos Santos
Daniel Arruda Coronel

Novembro/2023 – Santa Maria/RS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Organizações Públicas

Reitor

Luciano Schuch

Vice-Reitora

Martha Bohrer Adaime

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Leander Luiz Klein

Autores

Fernanda Luiza dos Santos
Daniel Arruda Coronel

Projeto Gráfico e Editoração

Nathan Marques Silveira

Apoio:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
Impacto.....	05
Aplicabilidade.....	05
Aderência.....	06
Inovação.....	06
Complexidade.....	06
Sigilo.....	06
RESUMO DO PROJETO.....	07
PROJECT ABSTRACT.....	07
INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	09
MÉTODO E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS.....	10
RESULTADOS.....	13
REFERÊNCIAS.....	25

APRESENTAÇÃO

Este relatório é um produto técnico-científico resultante da dissertação de mestrado de Fernanda Luiza dos Santos, discente do programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, elaborado sob a orientação do Professor Doutor Daniel Arruda Coronel sob o título **“As normas e a qualidade da informação contábil: Um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC”**.

O material é desenvolvido a com o **impacto direcionado aos Municípios da região da AMOSC/SC** a partir de uma **demanda espontânea** sobre a **melhora qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI) pelos municípios da Região da AMOSC/SC**, resultando na constituição do presente **guia de verificações de qualidade da informação contábil**.

Impacto

Considera-se que o material já tenha um impacto realizado médio, e também um médio potencial para impacto. A demanda é espontânea, considerando que surgiu de uma necessidade percebida. O impacto do produto é melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI) pelos municípios da Região da AMOSC/SC, tendo em vista a necessidade de prestação de contas considerando, os aspectos relacionados à contabilidade aplicada ao setor público. Elementos essenciais para a ampliação da transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações confiáveis e de qualidade para o cidadão, além de atender as leis relacionadas ao tema.

Aplicabilidade

O material já demonstrou uma aplicabilidade realizada média, e tem alto potencial para que sua aplicabilidade expanda sua utilização. A abrangência inicial foi realizada nos municípios da região da AMOSC/SC. A abrangência potencial e a reaplicabilidade é nos demais municípios brasileiros, considerando que todos, independente de porte ou localização são obrigados a prestar contas e enviar seus dados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI). As verificações constantes no produto são as mesmas para todos os municípios, não necessitando de adaptações ou ajustes para a aplicabilidade.

Aderência

O produto tecnológico é aderente com a linha de pesquisa “Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública”, pois busca construir e aplicar uma ferramenta para avaliação e controle da gestão pública sob a ótica da necessidade de melhorar a qualidade da informação contábil, com foco na transparência e na apresentação de dados fidedignos ao cidadão e aos órgãos de controle.

Inovação

Em termos da intensidade do conhecimento inédito na criação e desenvolvimento do produto tecnológico pode ser considerado de teor médio. Trata-se de uma combinação de conhecimentos pré-estabelecidos na medida que apresenta a fundamentação teórica com o embasamento legal e na conclusão são apresentadas as verificações necessárias para melhorar a qualidade da informação contábil e fiscal em cada uma das dimensões do Ranking da Qualidade.

Complexidade

Considera-se uma produção com baixa complexidade, pois resulta de desenvolvimento baseado em adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem necessariamente a participação de diferentes atores. Os atores envolvidos são os responsáveis pelo envio das informações contábeis e fiscais, geralmente contadores e contabilistas lotados nos municípios. Tem aspecto de produção técnica, não se relacionando diretamente na execução de políticas públicas, mas serve como atividade de apoio aos gestores públicos e para atender as obrigações definidas em lei.

Sigilo

O produto tecnológico desenvolvido não está sob sigilo.

RESUMO DO PROJETO

O orçamento público consiste na formalização das intenções do governo em instrumentos de planejamento e execução, sendo a transparência das informações públicas uma forma de exercer o controle social sobre essas ações. Neste contexto, considerando que, para a consolidação das contas públicas, é necessário que haja fidedignidade nas demonstrações, este trabalho busca determinar quais verificações podem ser utilizadas pelos municípios para melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI), atendendo às dimensões do ranking elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Seguindo esta temática foi proposta a elaboração de um guia prático que possibilite a melhora na qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI), por meio da sistematização do conjunto de itens que compõem as dimensões da qualidade das informações elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), comparando a evolução na pontuação no Ranking dos Municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), nos períodos de 2019, 2020 e 2021, e descrição de quais têm os melhores resultados. A pesquisa pode ser classificada como sendo um estudo de caso e teve abordagens qualitativas e quantitativas. Quanto ao objetivo, pode ser considerada uma pesquisa descritiva, sendo utilizada para registrar, analisar e correlacionar às informações pesquisadas. A análise dos elementos permitiu constatar que as dimensões II (Informações Contábeis) e IV (Informações Contábeis x Informações Fiscais) foram as responsáveis por diminuir a média geral dos municípios da região da AMOSC nos anos em estudo. Assim, foi possível verificar que o demonstrativo que exige mais atenção dos responsáveis pelo envio dos dados é a Demonstração de Contas Anuais (DCA), que serve como base de análise e também os valores informados são cotejados com os enviados na Matriz Contábil de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre do exercício.

Palavras-chave

Contabilidade Pública; Qualidade da Informação; Transparência.

PROJECT ABSTRACT

The public budget consists of formalizing the government's intentions in planning and executing instruments, with the transparency of public information being a way of exercising social control over these actions. In this context, considering that for the consolidation of public accounts it is necessary reliability in the statements, this research determined which checks can be used by municipalities to improve the quality of accounting information sent to the Accounting and Fiscal Information System (SICONFI). We took into account the dimensions of the ranking prepared by the National Treasury Secretariat (STN). Following this theme, we proposed to develop a practical guide that improve the quality of accounting information sent to the Accounting and Tax Information System (SICONFI), through item systematization, which make the dimensions of information quality. It was prepared by the National Treasury Secretariat (STN), comparing the evolution of the score in the ranking of municipalities belonging to the Association of Municipalities of the West of Santa Catarina (AMOSC), in the periods of 2019, 2020 and 2021, and have the best results. The research can be classified as a case study and will have qualitative and quantitative approaches. It is considered a descriptive research, being used to record, analyze and correlate the information researched. The analysis of the elements revealed that dimensions II (Accounting Information) and IV (Accounting Information x Tax Information) were responsible for reducing the general average of the municipalities in the AMOSC region in the years under study. So, we verified that the statement that requires the most attention from those responsible for sending the data is the Annual Accounts Statement (DCA), which serves as a basis for analyzing Dimensions II and IV and also the values reported in the DCA are compared with those sent in the Closing Accounting Matrix and in the Budget Execution Summary Report for the sixth two months of the year.

Palavras-chave

Public Accounting; Transparency; Information Quality.

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A Lei n.º 4.320, que instituiu as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de março de 1964, em conjunto com a Lei n.º 101, promulgada em 4 de maio de 2000, amplamente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, fixa parâmetros, limites e sanções para induzir os gestores públicos a desempenharem suas ações com racionalidade e profissionalismo, de modo que o planejamento, os limites de gastos, a transparência pública sejam respeitados e haja o exercício da cidadania por meio de controles sociais.

A necessidade de conhecer os aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público é essencial para a ampliação da transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações confiáveis e de qualidade para o cidadão, realizados com a publicação periódica do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a Demonstração de Contas Anuais (DCA).

No SICONFI existem manuais com a fundamentação legal que legitima a exigência de envio da MSC e com orientações gerais, contudo não foi localizado, nos órgãos oficiais e nem na literatura, um guia prático que facilite aos responsáveis pelo envio das informações realizar uma conferência prévia das informações a fim de aumentar a qualidade e exatidão da matriz gerada.

O objetivo geral desse produto é melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI) pelos municípios da Região da AMOSC/SC. Especificamente visa-se: sistematizar o conjunto de itens que compõem as dimensões da qualidade da informação elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); comparar a evolução na pontuação no Ranking dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), nos períodos de 2019, 2020 e 2021; e apresentar um guia de verificações de qualidade da informação contábil.

2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Quanto ao objetivo, é uma pesquisa descritiva, sendo utilizada para registrar, analisar e correlacionar às informações pesquisadas. Barros e Lehfeld (2000, p. 71) dizem que, por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos. As pesquisas ad-hoc permitem descrever situações a partir de dados primários relacionando e confirmando hipóteses levantadas na definição dos problemas de pesquisa.

Também pode ser descrita como uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Podem ser descritas como características desse método a flexibilidade e a possibilidade de se obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada ou um melhor conhecimento sobre o objeto de estudo.

Este estudo possui características de um estudo de caso. Sendo o método que pode ser utilizado em situações variadas, como forma de contribuir para melhorar o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos, entre outros (YIN, 2015).

Quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada, pois objetiva utilizar as informações para solucionar problemas específicos. Vergara (2003) afirma que a pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não, tendo finalidade prática, é oposta à pesquisa pura, que é motivada basicamente pela curiosidade do pesquisados.

Quanto aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica (referencial teórico constante em livros, revistas, estudos, artigos e dissertações), que abrangeu a contabilidade pública, administração financeira e orçamentária. Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” Desta forma, é caracterizado como um estudo teórico.

Esta pesquisa tem como amostra os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC. Fundada em 1968, como entidade municipalista, mantida exclusivamente com recursos dos Municípios, a AMOSC está ao lado dos consorciados como um órgão prestador de serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico municipal. Fornece a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade dos vinte municípios consorciados conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Dados dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC (2023).

Município	População	Área	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)
Águas de Chapecó	6.515	139,511	R\$ 103.559.185,00	R\$ 15.895,50
Águas Frias	2.354	76,631	R\$ 98.761.598,00	R\$ 41.954,80
Arvoredo	2.234	90,503	R\$ 100.361.837,00	R\$ 44.924,73
Caxambu do Sul	3.551	140,873	R\$ 119.271.845,00	R\$ 33.588,24
Chapecó	224.013	624,846	R\$ 9.602.336.735,00	R\$ 42.865,09
Cordilheira Alta	4.520	83,556	R\$ 257.006.578,00	R\$ 56.859,86
Coronel Freitas	9.940	233,698	R\$ 269.997.889,00	R\$ 27.162,77
Formosa do Sul	2.495	100,408	R\$ 55.333.884,00	R\$ 22.177,91
Guatambu	4.698	206,196	R\$ 226.280.235,00	R\$ 48.165,23
Jardinópolis	1.546	68,499	R\$ 39.803.107,00	R\$ 25.745,86
Nova Erechim	5.092	65,087	R\$ 163.898.731,00	R\$ 32.18,50
Nova Itaberaba	4.329	137,388	R\$ 107.210.821,00	R\$ 24.765,72
Paial	1.474	86,048	R\$ 41.073.834,00	R\$ 27.865,56
Planalto Alegre	2.888	63,1	R\$ 94.867.178,00	R\$ 32.848,75
Pinhalzinho	20.712	128,726	R\$ 1.122.662.152,00	R\$ 54.203,46
Santiago do Sul	1.235	73,335	R\$ 33.849.477,00	R\$ 27.408,48
São Carlos	11.369	162,12	R\$ 424.613.842,00	R\$ 37.348,39
Serra Alta	3.256	90,564	R\$ 81.305.775,00	R\$ 24.971,06
Sul Brasil	2.423	113,125	R\$ 56.385.675,00	R\$ 23.271,02
União do Oeste	2.412	92,857	R\$ 59.537.444,00	R\$ 24.683,85

Fonte: AMOSC (2023)

Analisando o quadro 1 exposto anteriormente, é possível verificar a diversidade dos municípios que compõem a AMOSC, tanto na quantidade de habitantes, quanto na área, PIB e no PIB per capita. A escolha desses municípios deve-se à importância do oeste catarinense na economia do estado de Santa Catarina e do país, similaridade de porte (com exceção de Chapecó e Pinhalzinho, que possuem maior quantidade de habitantes), por possuírem territórios limítrofes e por fazerem parte da mesma associação.

A análise ou pesquisa documental se caracteriza pela coleta de dados em fontes primárias, como em documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e fontes estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2003). A pesquisa documental neste estudo envolveu o levantamento dos dados constantes no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) e no Ranking da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas legislações federais que instituem e regulamentam aspectos relacionados à Contabilidade Pública e Transparência, tais como: Lei n.º 4.320/64, Lei n.º 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, entre outros. Também foram verificadas informações disponíveis no website da AMOSC e municípios que compõem a Associação, em relatórios de gestão e nas publicações oficiais de relatórios. A Análise documental torna-se adequada por possibilitar o acesso às informações que auxiliarão na compreensão acerca da qualidade da informação contábil e fiscal. A sistematização do conjunto de itens que compõem as dimensões da qualidade da informação elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (primeiro objetivo específico) foi alcançado realizando uma relação entre o item avaliado pelo Ranking e a demonstração contábil em que pode ser localizado.

Para a elaboração da classificação de cada município e comparabilidade dos dados, foi utilizado o pacote Excel do software *Microsoft Office Professional Plus 2016*.



3 RESULTADOS

A análise dos elementos permitiu constatar que as dimensões II e IV foram as responsáveis por diminuir a média geral dos municípios da região da AMOSC nos anos em estudo. A dimensão II do ranking avalia os dados contábeis recebidos, adequação às regras do MCASP, consistência entre os demonstrativos utilizando os dados enviados na Matriz Contábil de Encerramento e da Demonstração de Contas Anuais, e a Dimensão IV efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais, avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes, e utilizada as informações obtidas na Declaração de Contas Anuais, nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária na Matriz de Saldos Contábeis.

Assim, utilizando os atributos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para aumento da pontuação da Dimensão II, devem ser efetuadas conferências a seguir:

Na Demonstração de Contas Anuais

- Variação Patrimonial Aumentativa do FUNDEB: Verificar se foi informada Variação Patrimonial Aumentativa com o FUNDEB;
- Variação Patrimonial Diminutiva do FUNDEB: Verificar se foi informada Variação Patrimonial Diminutiva com o FUNDEB;
- Dedução de receitas para formação do FUNDEB: Verificar se foi informado registro orçamentário de destinação ao FUNDEB;
- Receitas orçamentárias do FUNDEB: Verificar se foi informado registro orçamentário de entrada de recursos para o FUNDEB;
- Despesas orçamentárias com encargos patronais: Verificar se foi informado registro orçamentário de despesa com encargos patronais relativos aos servidores e funcionários do ente;
- Despesas orçamentárias com pessoal: Verificar se foi informado registro orçamentário de despesa com os servidores e funcionários do ente;
- Despesas orçamentárias de custeio: Verificar se foi informado registro orçamentário de outros grupos de natureza da despesa relacionados a custeio diferente de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Juros e Encargos da Dívida";

- Despesa orçamentárias por função: Verificar se foi informado registro orçamentário das despesas classificadas por função do gasto público;
- Receitas de transferências intergovernamentais: Verificar se foi informado registro orçamentário das receitas de transferências de outros entes/entidades;
- Receitas orçamentárias tributárias: Verificar se foi informado registro orçamentário da arrecadação tributária;
- Receitas orçamentárias e suas deduções: Verificar se o valor de deduções de receitas é superior ao valor das receitas orçamentárias. Avalia também se o valor foi informado com sinal invertido;
- Ajustes para perdas X Contas principais: Verificar a relação entre o valor de ajuste para perdas dos "Créditos a curto e longo prazo" e suas contas principais. Os valores de ajustes não podem ser superiores aos valores das contas originais;
- Ajustes para perdas X Contas principais: Verificar a relação entre o valor de ajuste para perdas dos "Demais créditos e valores a curto e longo prazo" e suas contas principais. Os valores de ajustes não podem ser superiores aos valores das contas originais
- Valor patrimonial de bens móveis: Verificar se foi informado saldo patrimonial de bens móveis;
- Depreciação acumulada de bens móveis: Verificar se foi informado saldo patrimonial de depreciação acumulada de bens móveis;
- Variação patrimonial diminutiva de depreciação de bens móveis e imóveis: Verificar se foi informado variação patrimonial diminutiva de depreciação de bens móveis e imóveis;
- Depreciação acumulada de bens móveis: Verificar se os valores de depreciação de bens móveis são inferiores ao valor total de bens móveis;
- Valor patrimonial de bens imóveis: Verificar se foi informado saldo patrimonial de bens imóveis;
- Depreciação acumulada de bens imóveis: Verificar se foi informado saldo patrimonial de depreciação acumulada de bens imóveis;
- Depreciação acumulada de bens imóveis: Verificar se os valores de depreciação acumulada de bens imóveis são inferiores ao valor total de bens imóveis;

- Relação entre a VPA de Contribuições para o RPPS e a Provisão Atuarial do RPPS: Verificação da existência de saldo na conta de provisão atuarial no balanço patrimonial sempre que existirem valores de VPA de contribuições para o RPPS;
- Inscrição de restos a pagar não processados: Verificar se o valor inscrito em RPNP no exercício é menor ou igual à diferença entre os valores registrados de despesa empenhada e liquidada;
- Inscrição de restos a pagar processados: Verificar se o valor inscrito em RPP no exercício é menor ou igual à diferença entre os valores registrados de despesa liquidada e paga;
- Passivo Circulante Financeiro e Passivo Circulante: Verificar se o valor do Passivo Circulante Financeiro é menor ou igual ao valor de Passivo Circulante;
- Relação entre empréstimos e financiamentos e a VPD de Juros e Encargos: Verificar a existência de VPD de Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos quando foram informados valores de Obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos;
- Contas de terceiro nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-AB: Verificar se foram informados valores nas contas de balanço, no terceiro nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;
- Contas de terceiro nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-HI: Verificar se foram informados valores nas contas da DVP, no terceiro nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;
- Reconhecimento de Ajuste de Dívida Ativa (Tributária + Não Tributária): Verificar se o ente está aplicando preceito do PIPCP de ajuste para perdas da dívida ativa. Quando existe saldo de dívida ativa, é verificada a existência de valor de ajuste para perdas no mesmo grupo;
- Informação de receitas que não são de competência do ente: Verificar se foi informada alguma receita ou dedução de receita que não é de competência do ente;
- Deduções de Receitas negativas: Verificar se foram informados valores negativos nas colunas das deduções da receita do Anexo I-C;
- Evidenciação de créditos tributários - PIPCP item 1: Verificar se houve evidenciação de créditos tributários: se existe VPA de tributos, deve haver o registro do crédito no ativo curto/longo prazo) - PIPCP item 1;

- Registro de créditos tributários do período: Verificar se houve registro de créditos tributários no período;
- Evidenciação de créditos previdenciários - PIPCP item 2: Verificar se existem créditos previdenciários registrados;
- Provisão por competência VPD e passivo: Verifica as provisões por competência: se há valor de VPD de provisão, deve haver o registro no passivo de curto ou de longo prazo;
- Contas de quinto nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-AB: Verificar se foram informados valores nas contas de balanço, no quinto nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;
- Relação entre ativo intangível e a respectiva amortização: Verificar se o valor de amortização acumulada é inferior ao valor do ativo intangível.

Deve ser verificado na Demonstração de Contas Anuais e da Matriz de Encerramento

- Igualdade nas receitas arrecadadas na MSC de encerramento e na DCA: Verificar se o valor acumulado das receitas arrecadadas da MSC de encerramento é igual às receitas arrecadadas do Anexo I-C da DCA;
- Igualdade nas receitas com tributos estaduais na MSC de encerramento e na DCA: Verificar se o valor acumulado das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;
- Igualdade nas receitas com tributos municipais na MSC de encerramento e na DCA: Verificar se o valor acumulado das receitas com Tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;
- Igualdade nas receitas estaduais com transferências constitucionais na MSC de encerramento e na DCA: Verificar se o valor acumulado das receitas estaduais com transferências (Cota-Parte do FPE e Transferências do FUNDEB) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;
- Igualdade nas receitas municipais com transferências constitucionais na MSC de encerramento e na DCA: Verificar se o valor acumulado das receitas municipais com transferências (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do FUNDEB) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;

- Igualdade entre Despesas na MSC de encerramento e na DCA - EMPENHADO/LIQUIDADO/PAGO: Verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-D da DCA: EMPENHADO/LIQUIDADO/PAGO;
- Igualdade Despesas na MSC de encerramento e na DCA - RPP e RPNP: Verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-D da DCA: RPP e RPNP.

Utilizando os atributos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para aumento da pontuação da Dimensão IV, devem ser efetuadas conferências abaixo na Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre do ano em referência:

- Igualdade da receita realizada entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores de receita realizada entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Balanço Orçamentário do RREO;
- Igualdade da execução da despesa entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores da execução da despesa entre o Quadro de Despesas Orçamentárias da DCA e o Balanço Orçamentário do RREO: Empenhado/Liquidado/Pago/RPNP;
- Igualdade da execução da despesa por função entre relatórios (exceto intraorçamentária): Verificar a igualdade dos valores da execução da despesa por função, exceto intraorçamentária, entre o Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo da Despesa por Função/Subfunção do RREO
- Igualdade da execução da despesa por função entre relatórios (intraorçamentária): Verificar a igualdade dos valores da execução da despesa por função intraorçamentária entre o Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo da Despesa por Função/Subfunção do RREO;
- Igualdade dos restos a pagar não processados e processados entre relatórios. Verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar processados e não processados do Quadro de Despesas Orçamentárias da DCA (Execução dos Restos a Pagar) e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;
- Igualdade dos restos a pagar não processados entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar não processados na Execução dos Restos a Pagar do Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;

- ⑤ Igualdade dos restos a pagar processados entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar processados na Execução dos Restos a Pagar do Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com alienação de ativos entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com alienação de ativos entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com tributos estaduais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) ente o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com tributos municipais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) ente o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;
- ⑤ Igualdade das transferências estaduais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com transferências estaduais (Cota-Parte do FPE e Transferências do FUNDEB) ente o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;
- ⑤ Igualdade das transferências municipais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com transferências municipais (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do FUNDEB) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com tributos estaduais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com tributos municipais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;

- ⑤ Igualdade das transferências constitucionais estaduais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das transferências constitucionais estaduais (Cota-Parte do FPE e Transferências do FUNDEB) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;
- ⑤ Igualdade das transferências constitucionais municipais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das transferências constitucionais municipais (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do FUNDEB) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;
- ⑤ Igualdade das receitas com tributos municipais entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;
- ⑤ Igualdade das contribuições dos servidores e compensações financeiras entre relatórios: Verificar a igualdade da soma dos valores de contribuições dos servidores e das compensações financeiras entre regimes de previdência no Anexo 03 do RREO e o Anexo I-C da DCA;
- ⑤ Igualdade do valor das despesas de capital entre relatórios: Verificar a igualdade do valor bruto das despesas de capital entre a DCA e o RREO;
- ⑤ Igualdade nas receitas arrecadadas na MSC de dezembro e no RREO: Verificar se o valor acumulado das receitas arrecadadas da MSC de dezembro é igual às receitas arrecadadas do Anexo 01 do RREO;
- ⑤ Igualdade nas receitas com tributos estaduais na MSC de dezembro e no RREO: Verificar se o valor acumulado das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;
- ⑤ Igualdade nas receitas com tributos municipais na MSC de dezembro e no RREO: Verificar se o valor acumulado das receitas com Tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;
- ⑤ Igualdade nas receitas estaduais com transferências constitucionais na MSC de dezembro e no RREO: Verificar se o valor acumulado das receitas estaduais com transferências (Cota-Parte do FPE e Transferências do FUNDEB) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;

- Igualdade nas receitas municipais com transferências constitucionais na MSC de dezembro e no RREO: Verificar se o valor acumulado das receitas municipais com transferências (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do FUNDEB) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;
- Igualdade Despesas na MSC de dezembro e no RREO - EMPENHADO/LIQUIDADO/PAGO: Verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 01 do RREO: EMPENHADO/LIQUIDADO/PAGO;
- Igualdade Despesas na MSC de dezembro e no RREO – RPNP: Verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 01 do RREO: RPNP.
- Igualdade das contribuições dos servidores e compensações financeiras entre relatórios: Verificar a igualdade da soma dos valores de contribuições dos servidores e das compensações financeiras entre regimes de previdência no Anexo 03 do RREO e o Anexo I-C da DCA;
- Informado no Anexo 01 do RREO: RPNP.

Como procedimentos adicionais, sugere-se a conferência das Dimensões I e III. Sendo da primeira dimensão que trata da gestão da informação:

- Homologação de todos os RREO: Verificar se o ente homologou todos os RREOs para o exercício analisado;
- Homologação da DCA: Verificar se o ente homologou a DCA do exercício analisado;
- Homologação de todos os RGFs do poder Executivo: Verificar se o poder executivo do ente homologou todos os RGFs para o exercício analisado;
- Homologação de todos os RGFs do Poder Legislativo: Verificar se o poder legislativo do ente homologou todos os RGFs para o exercício analisado;
- Homologação de todos os RGFs do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública: Verificar se foram homologados todos os RGFs de todos os órgãos dos poderes Judiciário, Ministério Público e Defensoria para o exercício analisado;

- ⑤ Tempestividade na homologação dos RREOs: Verificar se todos os RREOs do exercício analisado foram homologados no Sinconfi dentro do prazo estabelecido pela legislação;
- ⑤ Tempestividade na homologação da DCA: Verificar se a DCA do exercício analisado foi homologada no Siconfi dentro do prazo estabelecido pela legislação;
- ⑤ Tempestividade na homologação dos RGFs do poder Legislativo: Verificar se todos os RGFs do poder legislativo do exercício analisado foram homologados no Siconfi dentro do prazo estabelecido pela legislação;
- ⑤ Tempestividade na entrega dos RGFs do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública: Verificar se todos os RGFs dos poderes Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, do exercício analisado, foram homologados no Siconfi dentro do prazo estabelecido pela legislação;
- ⑤ Quantidade de retificações dos RREOs do exercício: Verificar a quantidade de retificações efetuadas em todos os RREOs do exercício analisado;
- ⑤ Quantidade de retificações da DCA.: Verificar a quantidade de retificações efetuadas na DCA do exercício analisado;
- ⑤ Quantidade de retificações dos RGFs do poder executivo no exercício: Verificar a quantidade de retificações efetuadas em todos os RGFs do poder executivo no exercício analisado;
- ⑤ Quantidade de retificações dos RGFs do poder Legislativo no exercício: Verifica a quantidade de retificações efetuadas em todos os RGFs do poder legislativo no exercício analisado;
- ⑤ Quantidade de retificações dos RGFs do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, no exercício: Verificar se a quantidade de retificações efetuadas em todos os RGFs dos poderes Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, do exercício analisado;
- ⑤ Quantitativo de entrega de MSC: Verificar se o ente enviou todas as Matrizes de Saldos Contábeis no exercício analisado;
- ⑤ Quantidade de MSCs com valores negativos: Verificar a quantidade de Matrizes com valores negativos;
- ⑤ Quantidade de MSCs com contas apresentando movimentação inconsistente: Verificar a quantidade de Matrizes com contas com movimentação inconsistente: saldo inicial + movimentação = saldo final;

- Quantidade de MSCs com códigos de poder Incorretos: Verificar a quantidade de Matrizes com códigos de poderes incorretos ou faltantes;
- Quantidade de MSC com diferenças entre saldos: Verificar a quantidade de Matrizes com contas cujo saldo inicial é diferente do saldo final da MSC do mês anterior.

Na terceira dimensão que trata das informações fiscais, podem ser realizadas as seguintes verificações:

- Déficit ou superávit orçamentário: Verificar se o resultado orçamentário foi calculado corretamente no Balanço Orçamentário e se esse valor foi informado na coluna correta;
- Igualdade da informação de despesas orçamentárias entre anexos 1 e 2: Verificar a igualdade dos valores de despesa entre o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo da Execução da Despesa por Função/Subfunção;
- Quantidade de retificações da DCA.: Verificar a quantidade de retificações efetuadas na DCA do exercício analisado;
- Igualdade da informação de despesas orçamentárias entre anexos 1 e 6: Verificar a igualdade dos valores de despesa entre o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal;
- Igualdade da Receita Corrente Líquida (RCL) entre relatórios: Verificar a igualdade da Receita Corrente Líquida entre o Demonstrativo da RCL do RREO e os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Contragarantias de Valores e Operações de Crédito do RGF do poder executivo
- Igualdade da dívida consolidada líquida (DCL) entre relatórios: Verificar a igualdade da DCL entre os Demonstrativos dos Resultados Primário e Nominal no RREO e o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida no RGF do poder executivo;
- Igualdade da previsão atualizada de receitas e receitas realizadas entre relatórios. Verifica a igualdade da previsão atualizada de receitas e das receitas realizadas até o bimestre entre o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal;

- ④ Igualdade dos restos a pagar não processados entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar não processados entre o Balanço Orçamentário do RREO e o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e a soma dos Restos a Pagar do RGF de todos os poderes/órgãos;
- ④ Igualdade dos restos a pagar processados e não processados entre relatórios. Verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar processados e não processados entre o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO e o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RGF de todos os poderes/órgãos;
- ④ Igualdade da Receita Corrente Líquida (RCL) entre relatórios: Verificar a igualdade dos valores da RCL e da RCL ajustada entre o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF (Anexo 1) do Poder Executivo e dos demais Poderes e Órgãos;
- ④ Dedução de inativos e pensionistas com recursos vinculados: Verificar o valor da dedução de inativos e pensionistas com recursos vinculados em relação ao valor da despesa com inativos e pensionistas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF
- ④ Valores negativos no RREO: Verificar se foram informados valores com sinal negativo no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) em campos que não deveriam apresentar valores negativos;
- ④ Valores negativos no RGF. Verificar se foram informados valores com sinal negativo no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de todos os poderes/órgãos em campos que não deveriam apresentar valores negativos;
- ④ Igualdade das Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais no RGF: Verificar a igualdade do valor da Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais entre os anexos do RGF;
- ④ Igualdade das Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais entre relatórios: Verificar a igualdade do valor da Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais entre o Anexo 01 do RGF e o Anexo 03 do RREO;
- ④ Igualdade das Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas de bancada entre relatórios. Verificar a igualdade do valor da Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas de Bancada entre o Anexo 01 do RGF e o Anexo 03 do RREO;

Correlacionando as verificações que devem ser efetuadas, foi possível constatar que o demonstrativo que exige mais atenção dos responsáveis pelo envio dos dados é a Demonstração de Contas Anuais, pois serve como base de análise das Dimensões II E IV. Também se ressalta a importância de enviar os dados dentro dos prazos estabelecidos pelas normativas, considerando que o envio em atraso ocasiona a perda de pontos.

4 CONCLUSÃO

No desenvolvimento desse guia, foi possível verificar que o demonstrativo que exige mais atenção dos responsáveis pelo envio dos dados é a Demonstração de Contas Anuais (DCA), que serve como base de análise das Dimensões II E IV e também os valores informados na DCA são confrontados com os enviados na Matriz Contábil de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre do exercício. Cabe ressaltar a importância de enviar os dados dentro dos prazos estabelecidos pelas normativas, considerando que o envio em atraso ocasiona a perda de pontos ou até mesmo ter pontuação zerada em algum quesito.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL **Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi**. 2022a. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/ranking-da-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-estadual>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. SICONFI. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público. SICONFI e matriz dos saldos contábeis**. 2022b. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:16228

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

Confederação Nacional de Municípios. (2020), "STN divulga ranking da qualidade da informação contábil e fiscal dos Municípios no Siconfi". Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/stn-divulga-ranking-da-qualidade-dainformacao-contabil-e-fiscal-dos-municipios-no-siconfi>. Acesso em: nov/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant; PECCI, Alketa. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, p. 13-26, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

